

4 de Março: Greve geral da administração pública

01-Mar-2010

Esta greve representa uma primeira resposta com força, à política anti-social e laboral com que o governo Sócrates II confronta os que vivem do trabalho.

Artigo de Francisco Alves

Todas as organizações representativas da Administração Pública, passados quase três anos da última greve geral realizada em Novembro de 2007, voltam a convocar os trabalhadores para de uma forma clara e inequívoca darem resposta ao ataque que mais uma vez o governo lança contra os seus direitos.

Pretender congelar os salários; manter a precariedade; agravar as condições para antecipação da reforma, acelerando a convergência das penalizações com o regime geral; não suspender o SIADAP - Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho, ao mesmo tempo que nega o direito à negociação, são razões mais que suficientes para que a luta se desenvolva em unidade de acção.

Esta greve que os trabalhadores da Administração Pública vão levar a cabo, deve ter o apoio e a solidariedade de todos os outros trabalhadores, porque ela representa uma primeira resposta com força, à política anti-social e laboral com que o governo Sócrates II confronta os que vivem do trabalho.

Para sustentar esta afirmação basta reparar na mais recente "orientação" que o governo emitiu, através do ministro das finanças, aos conselhos de administração das empresas públicas - congelamento de salários. Registe-se que vai afectar mais 150.000 trabalhadores.

Ao ver isto será que o patronato do sector privado, agora com as "costas quentes" pelo seu governo, precisa de mais algum sinal para dar vazão ao seu tão velho e querido anseio de recusar a negociação colectiva e os aumentos salariais nas empresas? - Temo saber a resposta.

Aqui chegados, importa reflectir qual a melhor resposta a dar, face aos problemas comuns com que estamos confrontados e equacionar se não vai chegando o tempo de fazermos convergir as lutas do sector público e do sector privado.

Nesta fase é preciso afastar algum medo social que de certa forma se instalou e dar confiança na luta e isso passa por juntar forças.

O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) que o governo tarda em apresentar, certamente trará um conjunto de medidas que em nome da redução do défice e da dívida pública, irão agravar a vida da generalidade dos cidadãos.

A dinâmica e conteúdo da política do

governo Sócrates II são errados, pois além de aprofundar as injustiças e agravar as desigualdades sociais, compromete o crescimento e o desenvolvimento económico.

Verificamos também que a "bitola governativa" na União Europeia vai no mesmo sentido, basta só olharmos para a Grécia e Espanha, onde procuram de uma forma ou de outra, fazer os trabalhadores pagar a crise.

Na actual situação temos de concluir que a resposta dos cidadãos tem de ser dada em primeiro lugar a nível interno de cada país, e que boas têm sido quer na Grécia quer na Espanha, mas as forças sociais e políticas que querem dar combate e alterar estas políticas não podem deixar de procurar conjugar esforços e encontrar espaços de luta a nível europeu.

Francisco Alves, dirigente
sindical